

OE 2020 vai acompanhar prioridade europeia?



Manuel Reis Campos

Presidente da CPCI
– Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

Num aguardado primeiro discurso enquanto Presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde defendeu o investimento público enquanto instrumento decisivo, uma vez que, apesar de as necessidades de investimento poderem variar de país para país, "existe hoje uma questão transversal sobre investimento num futuro comum mais produtivo, mais digital e mais verde", e destacou o facto de, na zona euro, o peso do investimento público produtivo em infraestruturas, bem como em educação e em investigação e desenvolvimento, permanecer abaixo dos níveis anteriores à crise. Estas declarações vêm juntar-se ao alerta da Comissão Europeia a Portugal que, juntamente com Itália e Espanha, registam o nível de investimento público mais baixo da Europa.

Efetivamente, estamos num momento decisivo em que a generalidade das economias europeias procura um posicionamento mais competitivo num Mundo, marcado pela crescente tensão comercial, pela instabilidade política e por um abrandamento generalizado do crescimento no qual, o debate das políticas de reforço de áreas de futuro como o investimento na sustentabilidade, no conhecimento, na mobilidade, nas cidades inteligentes é uma questão em que Portugal não pode ficar à margem.

E, quando o atual ciclo de fundos comunitários entra na sua fase final, e se discute o Portugal 2030 ou, mais concretamente, o Plano Nacional de Infraestruturas – PNI 2030, torna-se imprescindível promover um alinhamento efetivo do nosso País com esta estratégia europeia. E, não me refiro, apenas, à efetiva calendarização e implementação das obras que estão há muito identificadas como essenciais para o País, numa ótica de crescimento e emprego. É evidente que esta é uma questão determinante e constitui uma tarefa prioritária, para este novo Governo, aprovar e cumprir o PNI 2030.

Mas é também de investimento privado que devemos falar. E, citando novamente a Presidente do BCE, "o investimento é uma parte particularmente importante da resposta que tem de ser dada aos desafios atuais, porque ajuda na procura de hoje e na oferta de amanhã". E recordo que, em Portugal, em 2018 o Investimento no imobiliário atingiu, 26,2 mil milhões de euros, dos quais 5,2 mil milhões, ou seja, um quinto, tem origem externa. O que está em causa são domínios como a capacidade de criação de emprego de elevado valor acrescentado, a reabilitação urbana, o reforço da coesão social e territorial, em especial através da utilização do potencial endógeno dos territórios de baixa densidade, atraindo mais e melhor investimento para esses espaços.

É, sobretudo, neste contexto que o Governo tem de ser capaz de apresentar um Orçamento do Estado para 2020 que alinhe o nosso País com estes desígnios estratégicos. Assumir e dotar de recursos financeiros adequados, os investimentos estratégicos que vão ser cumpridos até ao final desta legislatura, assegurar um quadro legal e fiscal estável e competitivo para o investimento, eliminar obstáculos e promover a competitividade das empresas e apoiar a internacionalização, são eixos fundamentais que têm de estar inequivocamente expressos no OE'2020.

Perante uma Europa que, na sua generalidade, se prepara para intensificar este caminho, há que ter ambição e responsabilidade. E, para que tal aconteça, o debate em torno do próximo Orçamento do Estado, não pode ignorar o crescimento e estar focado na criação de mais impostos, mas sim nos instrumentos que nos permitem atrair mais investimento e recursos humanos qualificados e elevar o nosso patamar de produtividade e capacidade de criação de riqueza, rumo ao crescimento sustentado do nosso País.